

**Anexo A - Ata n.º 2 do Concurso AT-DGF 07/2016 - Lista de Candidatos Admitidos e Excluídos**

ID	NOME	ESTADO	OBSERVAÇÕES	MÉTODO DE SELEÇÃO
1	Vera Cristina Nunes Costa	Excluída	c)	NA
2	Gonçalo Afonso de Oliveira Corceiro	Admitida		Prova de Conhecimentos
3	Catarina Isabel da Costa Filipe Lourenço	Admitida		Prova de Conhecimentos
4	Gabriel Adriano Banhudo Filipe Lourenço	Admitida		Prova de Conhecimentos
5	Vânia Sofia Vieira Martins	Admitida		Prova de Conhecimentos
6	Ricardo José dos Anjos Teixeira de Carvalho	Admitida		Prova de Conhecimentos
7	Isabel Maria de Jesus Castelhão	Admitida		Prova de Conhecimentos
8	Alexandre José Oliveira Luís	Excluída	c)	NA
9	Marco Daniel Alves da Silva Neves	Excluída	c)	NA
10	Hélia Filipa Ramos Coelho	Excluída	b)	NA
11	Marta Sofia Ferreira Peralta	Admitida		Prova de Conhecimentos
12	Giovanni de Sousa Rocha Santos	Excluída	c)	NA
13	Raquel Cândido Cardoso	Admitida		Prova de Conhecimentos
14	Maria Cristina dos Santos Cigarrilha Fino	Admitida		Prova de Conhecimentos
15	Bernardete Luís da Silva Farinha	Admitida		Prova de Conhecimentos
16	Vera Lúcia Arreiol Rosa	Admitida		Prova de Conhecimentos
17	André Ribeiro Fraga	Admitida		Prova de Conhecimentos
18	Elsa Maria Costa e Curto de Carvalho Pereira	Excluída	c)	NA
19	Sílvia da Costa Antunes	Admitida		Prova de Conhecimentos
20	Maria Teresa dos Santos Gomes Videira Lopes	Admitida		Prova de Conhecimentos
21	Ana Cristina Parreira Duarte	Admitida		Prova de Conhecimentos
22	José Secuna Embaló	Excluída	a)	NA

- a) Candidatura deu entrada fora de prazo o que determina a sua não aceitação, conforme ponto 1.3 da Ata n.º 1 do júri do procedimento.
- b) Por não comprovar possuir o 12º ano ou equivalente, o que, conforme previsto no n.º 10 alínea a) subalínea ii) do Aviso n.º 11092/2016 publicada no DR n.º 173 de 8 de setembro de 2016, é causa de exclusão
- c) Não comprova ser detentor de relação jurídica de emprego público através de declarações adequadas conforme previsto no n.º 10 alínea a) subalíneas iii) e iv) do Aviso n.º 11092/2016 publicada no DR n.º 173 de 8 de setembro de 2016, é causa de exclusão